

REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE E DIVERSIFICAÇÃO

AGRICULTURA, FORMAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO RURAL

SERGIO SCHNEIDER

RESUMO *O tema da diversidade remete à questão de como indivíduos e grupos sociais heterogêneos se organizam e constroem mecanismos de distribuição dos recursos que produzem. O artigo aborda a diversidade em uma dimensão analítica e conceitual a partir da contribuição da teoria das capacitações de Amartya Sen e da perspectiva da abordagem dos meios de vida sustentáveis de Frank Ellis. Num segundo momento, discute-se o processo de formação da diversidade rural a partir do processo histórico de diversificação da agricultura no Brasil. Por fim, discute-se a diversidade das formas familiares de trabalho e produção que se organizam e reproduzem sob a égide da combinação tripartite entre família, propriedade de terra e recursos econômicos, identificada com a agricultura familiar.*

PALAVRAS-CHAVE *Diversidade; diversificação na agricultura; agricultura familiar.*

ABSTRACT *The discussion of the diversity refers to the more comprehensive issue about how heterogeneous individuals and social groups organize themselves and build mechanisms for distributing resources they produce. The paper addresses the diversity in an analytical and conceptual dimension from the contribution of Amartya Sen's theory of capabilities and the sustainable livelihoods approach addressed by Frank Ellis. Secondly, the paper discuss the construction of the rural diversity from the historical process of agriculture diversification in Brazil. Finally, the article discuss the diversity of the familiar forms of work and production which are organized and reproduce their selves under the auspices of the tripartite combination of family, land ownership and economic resources, more generally identified in Brazil as family farmers.*

KEY WORDS *Diversity, diversification in agriculture, family farming.*

O pressuposto de que a condição humana é constituída pela alteridade fornece a base para a afirmação de que a diversidade é um traço ontológico da existência do ser. Não obstante, o advento da modernidade e a crescente racionalização das sociedades

secularizadas fizeram com que a diversidade cedesse espaço à crença de que a especialização é a forma mais eficiente e eficaz de produção material e organização social. As ciências sociais, particularmente a economia e a sociologia, surgiram com o propósito de analisar e revelar a melhor forma de alocação, uso e gestão dos recursos disponíveis pelos agrupamentos humanos.¹

¹ Gostaria de agradecer aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Gepad, da UFRGS. Trabalho acadêmico é trabalho coletivo e interativo. Muitas das ideias aqui desenvolvidas emergiram em face do estimulante ambiente intelectual existente entre os membros desse grupo.

A partir do final do século XX, na fase da assim chamada modernidade tardia, a máxima da especialização e da racionalização parece ceder terreno. As teorias correntes nas ciências sociais vêm destacando, com evidências cada vez mais abundantes, que a diversidade e a diversificação não são, necessariamente, sinônimos de ineficiência e ineficácia no uso de recursos e na organização societária.

Proeminentes estudiosos contemporâneos como Amartya Sen e Elinor Ostrom, no universo da economia, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, na sociologia, guardadas as suas diferenças, vêm demonstrando que é desejável organizar a base social e produtiva das sociedades sob a diversidade. A diversidade, destacam esses estudiosos, gera conflitos e interesses difusos, mas é a base sobre a qual a democracia, a criatividade e a inventividade humanas florescem. Sem a diversidade e a liberdade para exercê-la, a própria condição humana não se realizaria em sua plenitude.

O tema da diversidade remete à questão de como indivíduos e grupos sociais heterogêneos se organizam e constroem mecanismos de distribuição dos recursos, o que, no fundo, leva a questão para o terreno da justiça social. Portanto, ao preconizar a diversidade e a diversificação, está se tratando das formas de produzir e ordenar os recursos e tecnologias disponíveis, que em contextos sociais heterogêneos requerem dispositivos de eficiência, coordenação, cooperação e controle.

Nesse sentido, a construção de sistemas sociais e econômicos diversificados, regulados e controlados, pode ser uma alternativa à tendência inexorável à centralização, concentração e especialização promovidas pelo capitalismo. Segundo Karl

Polanyi, trata-se de construir instituições e mecanismos de regulação que assegurem a diversidade e permitam à sociedade se proteger contra o ímpeto voraz do *moinho satânico*.

Essa breve digressão não deve desviar a atenção do objetivo deste ensaio. Não pretendo insistir sobre a diversidade do meio rural ou da agricultura, assim como fazer uma análise dos processos de diversificação social e econômica *per se*. O objetivo aqui é mais modesto, trata-se de uma tentativa de sistematizar algumas reflexões que venho realizando nos últimos anos, que têm como preocupação central compreender como as formas de trabalho e produção que se organizam e reproduzem sob a égide da combinação tripartite entre família, propriedade de terra e recursos econômicos são promotoras da diversidade.

Este tem sido o fio condutor dos trabalhos que venho fazendo desde ainda antes de chegar ao IFCH da Universidade de Campinas, onde conheci e passei a ser orientando da professora Maria Nazareth Baudel Wanderley. Vindo de Porto Alegre, recebi de meu preceptor, professor Zander Navarro, as melhores referências sobre “a” melhor socióloga rural do Brasil de então. O curso de Mestrado em Sociologia seguia seu rumo numa Universidade que tinha tradição e era referência aos que pretendiam realizar estudos numa “perspectiva crítica”. Ter sido aluno e orientando da professora “Nazaré”, como todos aprendemos a chamá-la, foi para mim uma grande responsabilidade. Afinal, tinha consciência de que estava trabalhando com “a” melhor e não queria decepcionar. Para um filho do “colono da Picada dos Nabos” como eu, a oportunidade de fazer o mestrado em uma das melhores universidades do Brasil e com uma referência no assunto era uma oportunidade que não se podia desperdiçar. Dedico, assim, este excerto à minha sempre orientadora, professora Maria Nazareth Baudel Wanderley, com quem tive o prazer de trabalhar por três anos entre 1990 e 1993, na expectativa de que tenha aprendido bem suas lições.

As ideias que tentei sistematizar neste artigo já foram apresentadas parcialmente em outros momentos, ainda que de forma desarticulada. Mesmo sem serem ideias inéditas, gostaria de enfatizar que o convite dos editores da *Ruris* me estimulou a escrever este artigo na tentativa de tentar reunir e dar forma à análise da diversidade em três dimensões, a saber: a dimensão analítica e conceitual, em que procuro situar a diversidade no âmbito da teoria das capacitações de Amartya Sen e da perspectiva da abordagem dos meios de vida sustentáveis de Frank Ellis; a segunda dimensão, mais fenomenológica, tem a ver com a descrição da diversidade da e na agricultura, assim como o processo histórico de diversificação a que foi submetida, o que também pode ser entendido como o processo de divisão social do trabalho na agricultura brasileira, a terceira dimensão refere-se à diversidade da agricultura familiar ou, mais precisamente, das formas familiares, já que não é apenas na agricultura que elas se manifestam e existem. Aqui me detenho mais demoradamente, pois, na verdade, é a essência do que pretendo transmitir, uma vez que este tem sido o meu tema de estudos desde que concluí minha dissertação de mestrado, em 1993, sob a diligente orientação da mestra professora “Nazaré”.

ENTENDENDO A DIVERSIDADE E A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA

No que concerne à agricultura e ao mundo rural, há um reconhecimento e legitimidade crescentes em relação à diversificação como *modus operandi* da produção e das formas sociais de trabalho.² Estudos recentes, capitaneados por reputadas instituições internacionais, como o Banco Mundial (2008) e a IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development), deixam claro em seus relatórios de avaliação que o futuro da agricultura e do mundo rural será determinado pelo modo como os agrupamentos

2 Esta seção do artigo está desenvolvida em maior profundidade em outro artigo, escrito juntamente com Miguel A. Perondi, intitulado “Diversificação dos meios de vida: bases teóricas de uma abordagem de (em) desenvolvimento”, que está no prelo.

humanos serão capazes de gerir a diversidade das espécies (biodiversidade), dos solos e dos ecossistemas em que vivem.

Na verdade, os analistas sugerem redirecionar o foco das pesquisas para o reconhecimento de que é preciso entender e compreender a diversidade dos meios e os modos pelos quais os indivíduos lidam com as adversidades e os condicionantes nos contextos em que vivem. Fortalecer os meios de vida (*livelihoods*)³ implicaria criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores, o que implica afirmar que, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas. Um leque (portfólio) maior de oportunidades e opções de escolha é fundamental para que estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) possam se estabelecer.

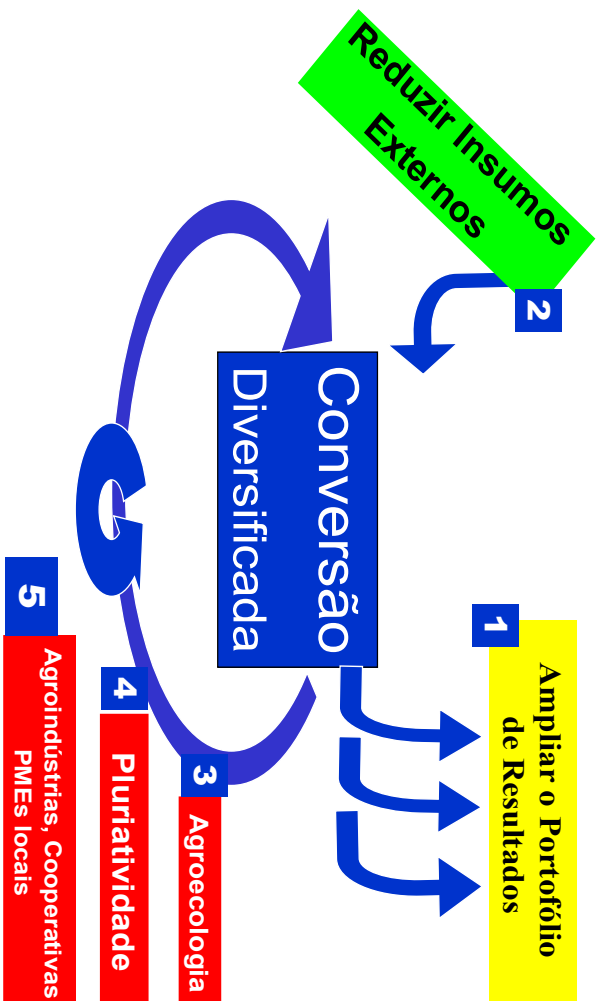
A diversidade é entendida como uma condição que se realiza segundo diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. A diversidade manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, também em decorrência dos erros e equívocos provocados pela especialização. Já a diversificação remete ao entendimento do processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida.⁴

A análise da diversificação dos meios de vida implica o que Ploeg (2008) denominou “a luta constante pelo fortalecimento da base de recursos disponíveis” por parte dos agricultores e de sua capacidade de “luta constante por autonomia e liberdade”. Em seu livro seminal, Ploeg refere-se à capacidade de criar “espaço de manobra” dos agricultores que inovam e reagem em face do contexto de hostilidade, privação e adversidade. Em um es-

3 No Dicionário de língua inglesa (Cambridge University, 2005, p. 744, trad. nossa), o sentido de “livelihoods” é “way someone earns”, ou seja, “como se faz para ganhar a vida”, e também “a place to live”, ou seja, “o lugar onde se vive”. Entretanto, quando se busca a tradução da língua inglesa para a portuguesa em Oxford (2002), por exemplo, “livelihoods” é simplesmente tido como “meio de vida”.

4 Em seu livro referencial sobre esse tema, Ellis (2000, p. 15) define “a diversificação dos meios de vida rurais como um processo em que as unidades familiares constroem um portfólio crescentemente diverso de atividades e recursos para sobreviver e melhorar os seus padrões de vida”.

quema didático, Ploeg reproduziu esta “capacidade de agência” dos atores em uma figura, que mostra como uma unidade de produção determinada pode travar a luta pela sobrevivência e construção de autonomia através de processos de conversão de recursos. Em uma situação de diversificação, as unidades produtivas podem optar por pelo menos cinco mecanismos de gestão e conversão de recursos. O primeiro deles implica ampliar o portfólio de produtos e os resultados, o que para os agricultores implica ter sistemas de produção diversificados. Mas esse processo também pode se dar pela redução de custos e da dependência de insumos externos. Num terceiro nível, a conversão diversificada pode implicar a reorganização técnico-produtiva da unidade, voltando-se mais para práticas agroecológicas ou orgânicas. Num quarto nível as unidades podem recorrer à pluriatividade, combinando diferentes tipos de ocupações e acesso a rendas. Por fim, unidades mais bem estruturadas por ampliar sua autonomia por meio da criação de pequenos empreendimentos, individuais ou cooperativos, de tal forma que possam ampliar a produção de valor e geração agregada de riqueza.



Figura

1

Fonte: Ploeg (2010), adaptado por Sergio Schneider.

Em contextos marcados por crescente coerção, a diversificação pode ocorrer tanto através de estratégias de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, como por via de estratégias de adaptação ou escolha, o que ocorre quando há a construção proativa de alternativas econômicas, técnicas, sociais, por meio de iniciativas e novos investimentos. Segundo Ellis (2000, p. 57), os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos.

A Figura 2 a seguir, elaborada a partir da perspectiva de Frank Ellis, indica que o processo de fragilização e vulnerabilização dos indivíduos e das famílias segue de um modo que obedece a um gradiente em que riscos, choques e vulnerabilidades diversas formam o chamado “ambiente ou contexto hostil”, no qual esses atores precisam mobilizar seu parco recursos e habilidades (capitais) para construir estratégias e alternativas que lhes permitam resistir ou se adaptar, conforme as características e a intensidade da situação.

Figura 2



Fonte: elaboração do autor

Nas situações em que a vulnerabilidade leva ao que Antonio Candido (2001) chamou de “mínimos vitais” (ou que Durkheim, em outro sentido e perspectiva, já havia descrito como “situação de anomia social”), as possibilidades de se estabelecerem estratégias se tornam escassas e reduzidas. Não obstante, mesmo nas situações de privação e constrangimento mais elementares, os sujeitos sociais logram mobilizar recursos (capitais ou ativos na perspectiva de Ellis), que podem ser de natureza diversa e até mesmo o apelo ao apoio das redes de parentesco e relações de sociabilidade. Nesse contexto de necessidades extremas, segundo Ellis, os indivíduos e famílias não conseguem mais do que estabelecer estratégias de reação que buscam garantir a sua sobrevivência. Mas, quando a situação de vulnerabilidade não é tão grave, a mobilização dos recursos caminha em outro sentido, mais proativo, permitindo que estratégias de escolha e adaptação seja estabelecidas. Porém o autor também chama a atenção para a unidade familiar como uma unidade de multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade, e os meios de vida das famílias dependem de um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, de gênero, poder e propriedade.

A diversificação dos meios de vida pode oferecer uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis. Os estudos de Ellis (2000) o levaram a destacar cinco níveis, sendo o primeiro referente à distribuição de renda, uma vez que existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes de rendimentos; segundo, por via do aumento da produtividade rural, em que a diversificação no interior das unidades de produção pode ocorrer por meio do ingresso de rendas não agrícolas que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas; terceiro, através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de os agricultores pobres utilizarem intensivamente o solo através de práticas extrativas para garantir sua sobrevivência;

quarto, por intermédio das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação; quinto, por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos relacionados ao acesso ao mercado e à variação constante de preços.

Nesse sentido, a abordagem da diversificação dos meios de vida pode representar uma auxiliar na compreensão da vulnerabilidade de agricultores ou de famílias rurais, ou mesmo sua exposição a riscos (NIEHOF, 2004). Pode-se supor, por exemplo, que aqueles que estiverem em uma situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e tipos de atividades são mais vulneráveis. Nesse caso, tanto a falta de autonomia como o risco que sofrem por estarem expostos a fatores imponderáveis (clima, pragas, doenças, preços) constituem-se em ameaças ao exercício de sua liberdade de escolha e manutenção do domínio sobre os meios que lhes permitem exercer essa condição.

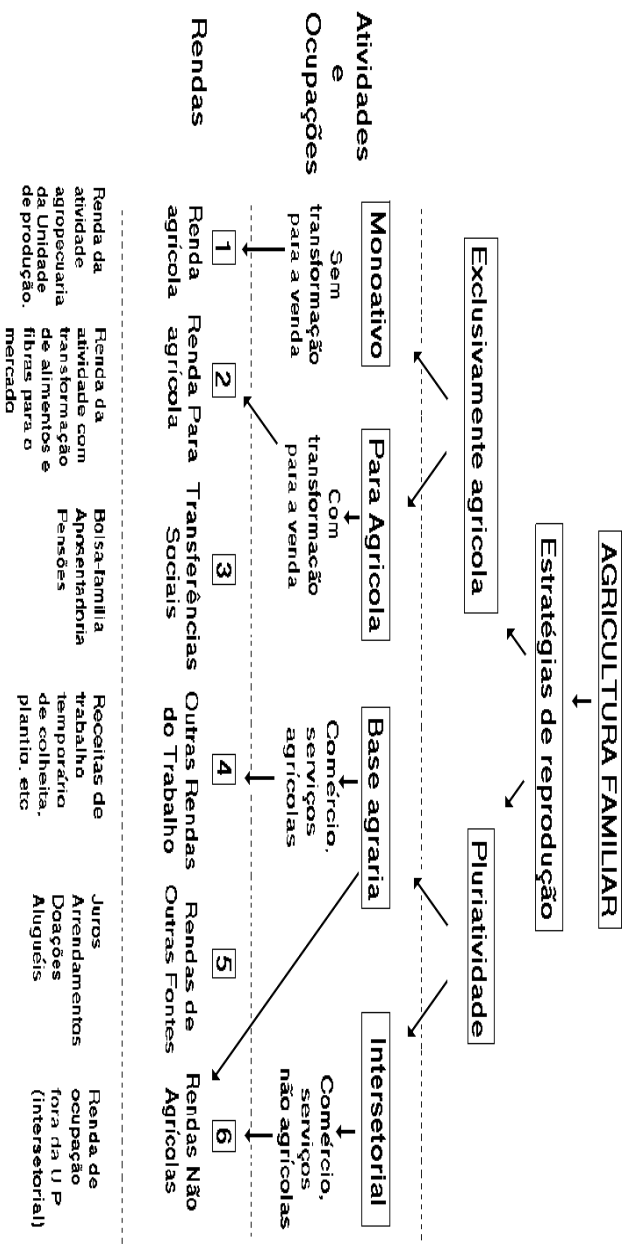
Em termos teóricos, a perspectiva de estudos da diversidade e da diversificação dos meios de vida vincula-se à proposta do economista Amartya Sen (2000, p. 28), o qual afirma que “a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer e não nela mesma”. Sen sustenta que o desenvolvimento humano em seu sentido pleno somente é alcançado na medida em que os indivíduos de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolha e opção, e dispor de capacidades e meios para realizá-las e levá-las a termo. O autor coloca em plano secundário a importância de atributos como renda, capital e posse de recursos físicos, e destaca o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam ter para poder fazer escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar.

Essa proposição baseia-se em um deslocamento ontológico nas análises sobre desenvolvimento humano, pois a centralidade deixa de ser baseada nos recursos (naturais, físicos ou criados pela ação humana) e nos atributos, e passa a se fixar nas pessoas e nos meios de vida que estas possuem. Nessa

abordagem não se privilegia a heterogeneidade das coisas que existem, mas as distintas formas de ser e fazer que a criatividade e a engenhosidade humanas podem criar. Mais importante do que seguir um modelo predeterminado de agir e ser ou possuir máquinas, equipamentos, acesso a tecnologias e dinheiro, o que interessa é a liberdade dos indivíduos de criar e optar por fazer as coisas do modo que quiserem para alcançar e desenvolver o uso dos bens e recursos do modo que desejarem.

Nos estudos que temos empreendido sobre a diversidade e as estratégias de diversificação da agricultura familiar, essas ideias e orientações analíticas de Ellis e Sen assumiram um papel central. Em outro trabalho (PERONDI e SCHNEIDER, 2011), apresentamos a Figura 3, a seguir reproduzida, a qual sintetiza o organograma desenvolvido pelo projeto Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul, que possibilitou entender a agricultura familiar, as atividades agrícolas e não agrícolas, e as distintas fontes de renda das famílias rurais pesquisadas.

Figura 3 – Organograma de tipificação das rendas



Fonte: Schneider e Anjos (2003), versão modificada Schneider (2006).

Esse esquema permite entender as interfaces entre as atividades agrícolas e atividades não agrícolas no meio rural, assim como mostrar as distintas formas de interação das unidades com a dinâmica mais geral da sociedade e da economia em que estão inseridos. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um instrumento heurístico por meio do qual os efeitos da diversificação se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirendimentos), permitindo que possam ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos.

A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Para compreender a diversidade da agricultura e dos sistemas produtivos agropecuários do Brasil, é necessário fazer um recuo histórico que permita entender o modo desigual como ocorreu o acesso ao principal recurso produtivo, a terra, e como foi sendo modificado o seu sentido e significado ao longo da formação e desenvolvimento das formas de manejo e cultivo agrícolas.⁵

Quando se analisa especificamente a agricultura e o meio rural brasileiros, a desigualdade e a diversidade econômica são, ao mesmo tempo, causa e consequência do modelo de ocupação territorial do país. Embora não haja um modelo único, o padrão de ocupação e apropriação do território brasileiro foi estabelecido a partir do momento em que os portugueses deixaram de extrair as riquezas naturais (madeiras e escravos indígenas) para estabelecer as bases de um sistema de produção agrário-exportador assentado na *plantation* da cana-de-açúcar, durante o século XVII, e no café, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A formação da propriedade privada da terra ganhou contornos mais definitivos somente a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que concedeu o direito particular de uso e a propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado

5 As etapas e fases aqui citadas se referem ao processo de ocupação, apropriação e uso da terra, e não à formação sociocultural e étnica da sociedade brasileira.

como terras públicas ou pertencentes ao Estado (MARTINS, 2004; LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1981). Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de sesmarias e, num segundo momento, pela concessão de áreas destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa, tais como alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875) e outras etnias (especialmente, a partir da Proclamação da República, em 1889).

Assim, é possível caracterizar uma *primeira etapa*, em que a diversificação econômica do Brasil foi construída sob a base da ocupação desigual do território, sendo o acesso à propriedade privada da terra utilizado como um recurso do Estado, na época Império, para controle, dominação e legitimação do poder. Essa formação desigual conheceu um primeiro momento de crise no final do período da escravidão, ocorrida no tardio ano de 1888, quando o Estado e as elites agrárias foram compelidos a aceitar e patrocinar a entrada massiva de imigrantes estrangeiros para substituir, em regime de arrendamento e parceria, a força de trabalho dos negros, largamente utilizada na agricultura até então. Ao longo do século XX, a estrutura agrária dual que foi construída ao longo do período de dominação imperial consolida-se e criam-se dispositivos e obstáculos de ordem constitucional para alteração da posse e da propriedade privada da terra no Brasil.

A *segunda etapa* da diversificação somente ocorreu entre as décadas de 1930 e 1960, quando o país passou por uma profunda transformação da sua base econômica, que consistiu na industrialização por substituição de importações patrocinada pelo Estado, cuja consolidação ocorreu imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, com a chegada de empresas multinacionais (OLIVEIRA, 1972; MELLO, 1982). Pode parecer extenso o intervalo temporal, mas o fato é que antes de 1930 praticamente não havia diversidade do tecido produtivo, uma vez que a economia era estruturalmente dependente do modelo agroexportador. Claro que exceções devem ser feitas, tais como a

protoindustrialização que houve em São Paulo antes da Primeira Guerra Mundial, mas, de fato, somente o período posterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder é que marcará a formação de uma base industrial, que inaugurará uma nova era no país, alterando o lugar e o papel que a agricultura tivera até então.

Encerrado o período da industrialização por substituição de importações (final da década de 1950 e início da década de 1960) e retomada a estabilidade do período Pós-Segunda Guerra Mundial, inicia-se a *terceira etapa*, que afetará e incidirá de modo mais contundente no processo de diversificação econômica da agricultura e do meio rural, também conhecido na literatura especializada por *modernização da agricultura* (GRAZIANO DA SILVA, 1981; GONÇALVES, 1997), que tem como marco temporal o período entre as décadas de 1960 e 1980. A partir da década de 1970, o Estado brasileiro passa a realizar pesados investimentos na modernização da base tecnológica da agricultura, processo que toma forma através da disponibilização de crédito para aquisição de máquinas e insumos, e de criação de instituições de pesquisa e apoio à difusão de tecnologias (DELGADO, 1985).

A modernização da agricultura constitui-se, de certa forma, uma saída à encruzilhada em que o Brasil se encontrava no final da década de 1950. Por um lado, grupos políticos e movimentos sociais pressionavam o Estado por reforma agrária e acesso a direitos sociais e, por outro, a indústria nascente necessitava que o setor agrícola liberasse mão de obra e se tornasse capaz de absorver parte da produção industrial (MELLO e NOVAIS, 2009). Esse impasse foi resolvido através de um golpe de Estado em abril 1964, quando os militares tomam o poder e passam a conduzir, controlar e estimular as mudanças que transformaram estruturalmente a agricultura e o meio rural do país. Priorizaram-se investimentos na modernização tecnológica das grandes propriedades, apostando na sua conversão em empresas. Para o problema ou questão dos reclamos por acesso à terra, a resposta foi a elaboração de projetos de colonização e

assentamento de famílias rurais nas regiões de fronteira agrícola da Amazônia, além do óbvio controle sobre os opositores que insistiam em questionar essas soluções encontradas (MARTINE e GARCIA, 1987). Trata-se do processo que Wanderley (2009) descreveu como o predomínio do capital fundiário sobre o trabalho produtivo, a valorização da terra como capital fundiário do que como fonte de trabalho e geração de riqueza.

A modernização da agricultura brasileira não foi uma estratégia isolada ou um caminho excepcional tomado por um país para alcançar o desenvolvimento. É preciso lembrar que nessa época vicejavam as teorias da modernização social, que preconizavam um determinado modelo social e econômico de desenvolvimento, alinhado com a estratégia política capitaneado pelos Estados Unidos no contexto da então assim chamada “Guerra Fria”. Sob os auspícios dessa época e dessa ideologia, toma forma o processo mais geral internacionalmente conhecido como “revolução verde”, que consiste em realizar uma modificação social a partir da transformação da base tecnológica, substituindo fatores de produção atrasados por modernos e induzindo inovações nos processos de produção. Assim como em outros países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina, no Brasil a revolução verde consistiu num processo em que o Estado, ajudado por agências internacionais, tomou a si o papel de promover mudanças tecnológicas e produtivas com vistas a alterar o atraso relativo do setor agrícola (ROMEIRO, 1998). Em síntese, a modernização agrícola representou a consolidação e legitimação, pela via autoritária, da forma desigual com que os recursos, especialmente a terra, foram apropriados e alocadas na história do Brasil.

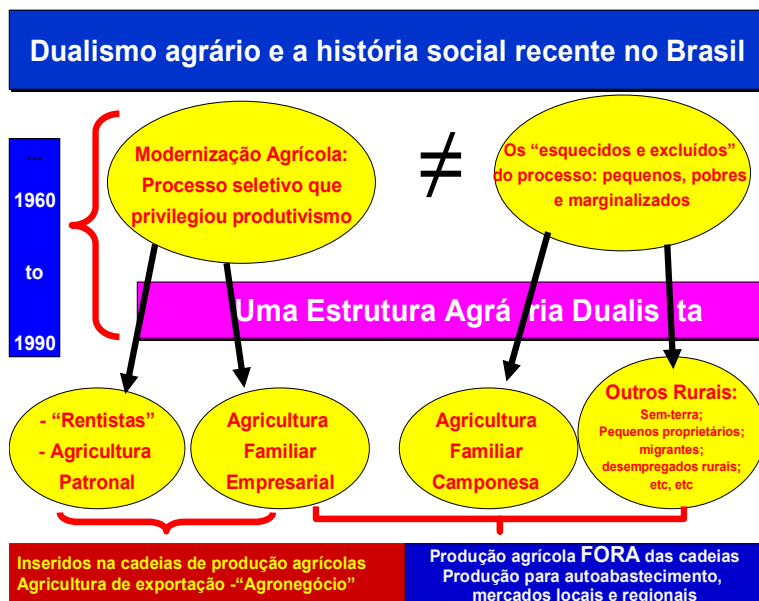
A transformação da agricultura brasileira não afetou apenas a produção, as formas de organização social e a disposição das estruturas de poder no meio rural (KAGEYAMA e GRAZIANO DA SILVA, 1983). Por conta das profundas transformações que ocorreram no meio rural, o Brasil conheceu uma mudança

demográfica decisiva em sua história contemporânea, que foi a urbanização da sociedade (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Em 1960 a população urbana torna-se pela primeira vez na história maior do que a rural, processo que avança desde então década após década, chegando à proporção atual de 18% de população rural e 82% urbana. Segundo dados compilados por Contini *et al.* (2010), chama atenção o fato de que, desde a década de 1970, a área utilizada pela agricultura aumentou 45,6%, enquanto o total da produção cresceu 268%. Igualmente expressivo é o indicador da produtividade obtida (1.000 kg/ha), que na produção de grão aumentou de uma média de 1.258 kg/ha em 1977 para 3.000 kg/ha em 2010, o que significa uma taxa média de crescimento de 3,2% ao ano.

Quando se analisa a modernização agrícola exclusivamente em relação aos resultados técnicos, plasmados na elevação da produção e da produtividade dos fatores, pode-se até concordar que tenha obtido relativo sucesso (CONTINI *et al.*, 2010; GASQUES e CONCEIÇÃO, 2001; DIAS e AMARAL, 2000). No entanto, quando se analisa esse processo sob outros critérios e perspectivas, facilmente se conclui que foi responsável pela consolidação da estrutura social e econômica dual que caracteriza o meio rural brasileiro até os dias atuais (LEITE, 2009; SCHLESINGER, 2006; OLIVEIRA, 2004).

As mudanças demográficas e econômico-produtivas tiveram enorme repercussão sobre a diversidade social no meio rural brasileiro desde a década de 1970. De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por uma miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade.

Figura 4 – Representação esquemática do modelo agrário dual do Brasil



Fonte: elaboração do autor, SS

Ainda que seja uma representação esquemática, que não dá conta da imensa diversidade econômica e social, a Figura 4 acima procura fazer uma representação esquemática das principais categorias sociais que podem ser encontradas no meio rural brasileiro. A estrutura social do meio rural é composta por um grupo numericamente pequeno (1%) de grandes proprietários rurais (acima de 1.000 ha), que concentra em torno de 43% da área total, e um grupo muito expressivo (em torno de 47%) de pequenos proprietários (áreas inferiores a 10 ha), que detém apenas em torno de 2,5% da área total de terras (BOLLINGER e OLIVEIRA, 2010).

A estrutura fundiária dual do Brasil é formada por aproximadamente 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários (segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006), dos quais 84,4% são unidades familiares e 15,6% não familiares, também

6 Segundo a lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, são considerados estabelecimentos familiares aqueles que “a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família”.

7 Essa classificação pode tem uma finalidade mais heurística do que propriamente estatística, muito embora um esforço de classificação dos estabelecimentos agropecuários a partir dos dados do censo agropecuário seja possível.

chamadas *patronais*⁶ (FRANÇA *et al.*, 2009; ALVES e ROCHA, 2010). Esses dois universos de estabelecimentos, classificados pelo critério de área em hectares que dispõem, podem se divididos, *grosso modo*, em quatro grupos ou categorias sociais.⁷ A primeira categoria é formada pela parcela atrasada e tradicional dos grandes proprietários (acima de 1.000 ha), que usam a terra para fins especulativos e como reserva de valor. São proprietários que se beneficiaram do acesso a grandes áreas e formam uma elite rural que sobrevive à base de atividades extensivas, tais como a pecuária e a silvicultura. O segundo grupo, formado pela outra parte dos grandes proprietários (mais de 1.000 ha), é constituído por modernas empresas agropecuárias em geral dedicadas à agricultura de escala com produção de grãos (soja e milho), algodão, café, cacau, laranja e, sobretudo, cana-de-açúcar para produção de etanol. A terceira categoria é composta pela agricultura familiar modernizada, que possui propriedades de tamanho médio (variando de 50 ha até 500 ha), com grande variação segundo as diferentes regiões do país. São estabelecimentos geralmente inseridos em cadeias de produção comandadas por agroindústrias dos setores de grãos, aves, suínos, tabaco, leite e outros. A quarta categoria é formada pela agricultura familiar camponesa e por populações rurais com pouca terra ou mesmo sem terra, que produzem produtos tradicionais da dieta alimentar brasileira, como mandioca e feijão, embora grande parcela consiga produzir apenas o necessário para sua subsistência.

As grandes empresas agropecuárias assim como dos agricultores familiares integrados aos mercados, respectivamente a segunda e a terceira categoria, constituem a base social, econômica e política do que se convencionou chamar de “agronegócio brasileiro”, que possui um forte *drive* exportador, embora responda também por significativa parcela do abastecimento interno. A quarta categoria social inclui as populações tradicionais, como os indígenas, remanescentes de escravos (quilombolas), ribeirinhos e outros, que constituem a

população rural pobre do meio rural brasileiro, majoritariamente situada nas regiões do semiárido do Nordeste e da Amazônia. Os índices de analfabetismo são elevados nesse grupo social e seu traço principal é a precariedade no acesso a recursos e ativos, tais como meios de comunicação (estradas) infraestrutura (telefone, saúde), além da dificuldade de acesso aos mercados para escoamento da produção dos excedentes que conseguem obter.

Estudo anterior realizado por Abramovay (2000), usando a variável renda monetária bruta, permitiu uma aproximação quantitativa em relação a essas categorias. Naquele estudo, o autor indicou que a categoria dos grandes proprietários tradicionais, pouco modernizados, representaria em torno de 15% do total de estabelecimentos (algo em torno de 250 mil), detendo mais de 40% da área (150 milhões de hectares). O grupo dos grandes proprietários empresariais, com renda monetária bruta acima da média, representava em torno de 2% do total de estabelecimentos do Brasil e detinha quase 22% da área total do país (76 milhões de hectares). A terceira categoria, a dos agricultores familiares modernizados, representava em torno de 16% dos estabelecimentos e detinha 13% (45,6 milhões de hectares) da área total. A quarta categoria, que Delgado (2005, p. 41) chamou de “setor de subsistência” no meio rural brasileiro, caracteriza-se pela pobreza e precariedade, representando algo em torno de 70% do total dos estabelecimentos familiares no Brasil, gerando um valor bruto da produção inferior a dois salários mínimos e com acesso a menos de 20% da área total.⁸ Estudo mais recente de Alves e Rocha (2010), utilizando apenas a variável valor bruto da produção para estratificar os estabelecimentos, mostra números muito semelhantes a estes. Em sua análise com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, os autores constataram que 73% dos estabelecimentos (3.775.826 do total) recebiam um valor bruto de produção entre zero e dois salários mínimos mensais, dos quais 51,62% (2.014.567 estabelecimentos) tinham renda mensal entre zero e meio salário mínimo.⁹

8 Guilherme Dias Leite, em uma análise a partir dos dados da pesquisa de Abramovay (2000), conclui que, “de fato, o que se pode dizer é isso: sobram 3,2 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar e 700 mil unidades doentes do lado patronal, que são para compensar, pois estão se acabando ou estão com um nível de produtividade muito baixa dentro do sistema” (palestra proferida em 31/3/2000, no Auditório do MDA, Brasília).

9 Alves e Rocha (2010) constataram ainda que 8,19% dos estabelecimentos rurais (423.689) geram 84,89% do valor da produção total, com uma remuneração de dez a mais salários mínimos mensais. Outros 18,86% (975.974) estabelecimentos, com rendas entre dois a dez salários mínimos mensais, geraram 11,08% da produção bruta.

10 Trabalho mais recente de Bollinger e Oliveira (2010), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, mostra que há um estrato de estabelecimentos familiares e outros patronais, que, malgrado as diferenças de área que possuem (uns são grande e outros pequenos proprietários), ambos auferem rendimentos baixos de sua atividade. Quando se classifica os estabelecimentos agropecuários por classes de rendimento agrícola, 93% dos que recebem abaixo de 10 mil dólares/ano são familiares e 6,7% são não familiares. No estrato superior de rendimento acima de 250 mil dólares/ano, 64,3% são familiares e 35,7% patronais.

11 Maiores informações sobre a estrutura fundiária da agricultura brasileira podem ser obtidas em França et al. (2009) e Hoffmann e Ney (2010).

Isso significa que a maior fatia do total da produção agropecuária brasileira é realizada por cerca de 20% dos estabelecimentos (grandes áreas e patronais e pequenas áreas e familiares, segunda e terceira categoria, respectivamente), que, juntos, detêm pouco mais de um terço da área total de terra disponível para a produção agropecuária do Brasil.¹⁰

Malgrado essa diversidade de categorias sociais presentes no meio rural do Brasil, a distribuição da terra e a participação na produção mantêm-se quase inalteradas desde a década de 1970, indicando que a modernização agrícola lançou raízes profundas. Os dados do último Censo Agropecuário (realizado em 2006 e divulgado em 2009) mostram que não houve mudanças expressivas na concentração da propriedade da terra (o Gini Index se mantém estável em torno de 0,85 desde 1975), malgrado a criação de unidades de conservação ambiental (que ocupam quase 20% do território) e a ampliação dos assentamentos por via de reforma agrária (entre 1990 e 2008, foram assentadas 874.123 mil famílias em 80 milhões de hectares).¹¹ Estudo recente de Hoffmann e Ney (2010) utilizando medidas de concentração com base nos dados do Censo Agropecuário e da PNAD mostra que, entre 1975 e 2006, a proporção da área de terra ocupada pelos 50% dos estabelecimentos menores permaneceu em torno de 2,3% sobre o total, ao passo que os 5% dos estabelecimentos de maior tamanho concentram quase 70% da área total.

O aspecto mais relevante a ser destacado, contudo, é que a transformação estrutural que a modernização agrícola produziu no meio rural brasileiro asseverou e aprofundou as desigualdades sociais e econômicas existentes. Os grupos sociais formados pelos pequenos proprietários, agricultores com pouca terra ou apenas moradores do meio rural, que constituem a base da sociedade rural brasileira, foram absolutamente alijados desse processo. José de Souza Martins (1981, 1999, 2004), em seus vários trabalhos sobre as relações sociais no meio rural, salienta que, desde o período imperial (século XVII até XX), passando pela industrialização iniciada na década de 1930 e

complementada com a modernização tecnológica da agricultura na década de 1970, as “classes subalternas” do campo sempre foram preteridas e deixadas à margem dos processos de mudança.

Não é sem razão, portanto, que apenas no período recente, temporalmente circunscrito ao final da ditadura militar, entre 1984 e a entrada em vigor da nova Constituição de 1988, se inaugura um momento em que os atores da base social pobre e marginalizada do Brasil rural passam a ser ouvidos. Os movimentos sociais surgidos em meados da década de 1980, o sindicalismo rural e as organizações ligadas à Igreja católica (pastoral da terra) e não governamentais (ONGs) são os agentes da pressão política que vai inaugurar uma nova etapa nas lutas e reivindicações por reforma agrária e apoio à agricultura familiar (NAVARRO, 1996; HOUTZAGER, 2004; CARTER, 2010). De certa forma, esse processo consolidará as “raízes históricas da formação do campesinato brasileiro”, como bem descreveu Wanderley (2009).

A década de 1990 marca, portanto, o início de uma *quarta etapa* no processo de diversificação agrícola pós-modernização, que leva à emergência de dois polos ou dinâmicas antípodas que caracterizam a ruralidade do Brasil atual. Um deles é representado pelos setores sociais e grupos econômicos que preconizam o aprofundamento do padrão tecnológico construído na etapa anterior, agora por via da utilização de sementes transgênicas, do aumento dos insumos externos e da ampliação da produtividade dos fatores de produção, notadamente a terra e o trabalho. Trata-se, nessa perspectiva, de asseverar o produtivismo e fazer do Brasil um país largamente exportador de alimentos e matérias-primas primárias na forma de *commodities*. O outro setor reúne uma miríade de iniciativas e formas de produção heterogêneas que emergem da crítica aos limites do modelo agrícola convencional e de seu fracasso em resolver problemas, tais como a pobreza persistente, o esvaziamento do campo, a perda da biodiversidade, a poluição e os riscos alimentares (FAVARETO, 2007; VEIGA *et al.*, 2001).

Trata-se do universo de iniciativas nem sempre convergentes em suas proposições políticas, mas que têm em comum a negação do agronegócio como modelo ideal de produção agrícola.

Na base dessas discussões, encontra-se uma oposição e polarização entre a forma familiar e a patronal-empresarial, cuja distinção estaria no fato de uma ser destinada mais para produção de produtos de consumo local ou para o mercado interno e a outra produziria *commodities*, sobretudo para exportação (SCHNEIDER, 2010). Daí deriva um dualismo que, na prática, traduz-se numa acirrada disputa política e ideológica permanente entre o assim chamado agronegócio e as demais formas de produção, em geral agrupadas apressadamente em torno da agricultura familiar e do desenvolvimento rural. Essa polarização tem sido alimentada por ambos os lados e subscrita por organizações, estudiosos, mediadores e, não raro, pelos próprios formuladores de políticas (*policy makers*).¹²

Essas noções ganharam destaque a partir do final da década de 1980, devido à organização do setor agrícola no modelo de cadeias de produção e sua crescente integração com indústrias à jusante e à montante (denominada de integração agroindustrial), à crise do modelo de crédito agrícola estatal, ao crescimento do setor privado no aporte de recursos financeiros (compra antecipada, financiamento pela agroindústria etc.) e ao surgimento de novos grupos de interesse e de organizações políticas (o exemplo mais eloquente é a Associação Brasileira de Agribusiness – Abag) que passaram a defender esse modelo de produção, fortemente inspirados no exemplo norte-americano.¹³

Em larga medida, esse processo social, econômico e sobretudo político é o responsável por esconder a diversidade das formas sociais presentes no meio rural brasileiro, especialmente das unidades familiares.

12 Estudo do Ipea (2007, p. 360) também aponta na mesma direção.

13 Atualmente, em torno da noção de agronegócio esconde-se uma miríade de formas de organização da produção agrícola, práticas comerciais, formas de gestão, integração a mercados e, sobretudo, um ideário político e ideológico que, no geral, é tratado como monolítico tanto pelos seus signatários diretos como pelos seus opositores. Assim, o agronegócio é entendido tanto como o conjunto de práticas tecnologicamente modernas de organização, gestão e integração comercial, geralmente capitaneadas por empresas e organizações privadas, como as formas de propriedade fundiária de grandes extensões (que outrora eram chamados de “latifúndios”), as empresas fornecedores de insumos e sementes etc.; enfim, tudo o que de um modo ou outro está associado à produção capitalista de mercadorias na agropecuária.

A DIVERSIDADE DAS FORMAS FAMILIARES

A agricultura familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras. Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade muito grande de agricultores familiares, muitos deles atendendo a denominações locais e regionais, tais como *colono*, *sitiantes*, *posseiro*, *morador*, *ribeirinho*, entre outras.¹⁴

A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A criação e o reconhecimento da agricultura familiar deve-se às lutas do movimento sindical por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, que ocorreram no período em que o Brasil ingressada na “onda neoliberal”, no início da década de 1990. Mas a consolidação veio com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do decreto presidencial n. 1.946 (28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326, de 2006).

Atualmente, o que há de novo no cenário, desde que a agricultura familiar reafirmou sua legitimidade social, política e acadêmica, é o aparecimento de clivagens e argumentos que defendem a necessidade e a pertinência de se caracterizar os agricultores familiares como camponeses, o que às vezes resulta na criação de termos como agricultura familiar camponesa. Mas, em oposição a essa perspectiva, está igualmente na ordem do dia a discussão sobre as relações da agricultura familiar com o agronegócio, o que não raro resulta no uso de terminologias tais como agronegócio familiar, contrapondo-se ao agronegócio empresarial ou patronal. Por trás desses

14 Algumas ideias aqui discutidas foram apresentadas em Schneider e Niederle (2010).

15 Artigo recente de Navarro e Pedrosa (2010) discute em profundidade essa temática. Para além de sua crítica ao próprio estatuto conceitual da agricultura familiar, os autores sugerem que a análise deveria se centrar na discussão da formação das hierarquias sociais no meio rural.

termos, há notáveis interesses políticos, sendo necessário que os estudiosos e analistas sejam capazes de distinguir entre o que é propriamente uma construção política com sentido ideológico daquilo que é um sinal da existência de uma nova categoria na estratificação social do meio rural brasileiro.¹⁵

Para entender as formas familiares de trabalho e suas estratégias de reprodução ao longo da história, a primeira questão que se apresenta refere-se à comparação entre a configuração atual da agricultura familiar (ou dos grupos sociais assim identificados) em relação àquelas formas sociais que se implantaram no passado, através dos processos de ocupação e colonização. Segundo o entendimento aqui adotado, embora trabalhem sobre um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando basicamente a força trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhadas pelo Brasil formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares.

O que lhes confere essa identidade está no fato de que constituem um vasto contingente social que possui acesso precário aos meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações parciais e insuficientes sobre os canais de escoamento de sua produção. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o autoaprovisionamento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos.

Não obstante, ainda que pertençam a um mesmo grupo social, para efeito de sua compreensão teórica e conceitual é preciso distinguir camponeses de agricultores familiares e mostrar que suas características, seu modo de existência e sua forma de reprodução obedecem a características socioculturais e a uma racionalidade econômica que não são análogas. Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assentados no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho, ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba.

Somente a análise de situações e processos sociais concretos permite identificar como se dá essa diferenciação, mostrando em que consiste a transformação de algumas características assim como a manutenção de outras. O estudo sobre as origens das formas familiares pode começar, portanto, pela análise dos aspectos sociais, econômicos e culturais que caracterizam o grupo social identificado pelas noções do senso comum, tais como *colonos*, *sitiantes*, *caipiras*, *posseiros*, *moradores*, *ribeirinhos*, entre outras. Em geral, essas categorias sociais se originaram através dos processos de expansão da fronteira agrícola, por via de frentes de ocupação territorial, mas também através do assentamento dos imigrantes de origem europeia. Cada uma das categorias referidas configura uma determinada formação social, que pode ser caracterizada como um modo de vida.¹⁶

16 A noção de modo de vida inspira-se na ideia originalmente desenvolvida por Antonio Candido, em seu clássico estudo sobre os caipiras paulistas, em que indica que o funcionamento de um determinado grupo social sempre está assentado em uma forma de organização da produção e uma forma de sociabilidade.

Nas unidades familiares de produção, o sistema produtivo em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e na produção primária, destinada prioritariamente à satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico (composto pelos membros da família). Nessa forma de organização do trabalho e da produção, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se complementam com outras atividades não agrícolas, como o artesanato e o comércio, tornando as unidades pluriativas. Na medida em que o sistema produtivo passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que aos poucos vai comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida.

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma também crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, que seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura.

Esse processo avança à medida que a produção começa a operar nos marcos das relações de troca de mercadorias, ocorrendo, portanto, uma mercantilização. Na agricultura, o processo de mercantilização refere-se a uma situação de crescente interação dos indivíduos com a divisão social do trabalho em que estão inseridos. Existem vários graus e estágios na mercantilização, que não é um processo linear e previsível. A mercantilização não ocorre de forma homogênea porque cada indivíduo ou,

nesse caso, cada agricultor, tende a estabelecer distintas formas de relações com os mercados. Por isso, a mercantilização leva também à diferenciação social e econômica dos agricultores.

O processo de mercantilização das relações sociais de trabalho e produção também tende a alterar o ambiente social e econômico – o território, a comunidade – em que estão situadas as unidades familiares. Portanto, quanto maior for o grau de mercantilização em um determinado território, mais forte tenderá a ser a pressão para que o conjunto das relações sociais ali existentes também siga esse mesmo padrão de ordenamento e funcionamento.

Assim posta, a questão da viabilidade social e econômica das formas familiares de trabalho e produção leva a uma discussão analítica sobre as condições e possibilidade de sua reprodução. Nos marcos de uma sociedade de mercado, em que as relações sociais não podem prescindir das relações de troca e intercâmbio, compreender o processo social pelo qual indivíduos e famílias ingressam nesse universo e entender seus mecanismos de funcionamento é tarefa de primeira ordem.

Segundo Ploeg (2003), cotidianamente os agricultores desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. A mercantilização torna-se o resultado de um amplo processo de negociação e disputa entre os atores sociais (individuais e coletivos; locais e externos), que envolve o controle dos recursos utilizados nos processos produtivos e, dessa forma, o domínio dos mercados. Trata-se de um processo não linear, com avanços e reveses e, fundamentalmente, expresso na inserção diferencial das unidades de produção nos mercados. Desse modo, o fato de os agricultores mobilizarem um amplo repertório de recursos fora dos mercados cria “espaços de manobra” e estratégias para manter e ampliar sua autonomia. Em um esforço para compreender a heterogeneidade estrutural das formas de produção no meio rural, Ploeg sustenta que existem duas distintas formações

sociais que são abarcadas pela chamada agricultura familiar, as quais denomina de “forma camponesa” e “forma empresarial”:

a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a *forma camponesa* e a *forma empresarial* de se fazer a agricultura. [...] A essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas (PLOEG, 2006, p. 14, grifo nosso).

Segundo o autor, enquanto a “forma familiar empresarial” de agricultura opera conforme uma “produção simples de mercadorias”, a “forma camponesa” representa uma “pequena produção de mercadorias”. Para que isso seja minimamente aceitável, é necessário rever os conceitos de produção simples de mercadorias (PSM) e pequena produção mercantil (PPM). No quadro abaixo estão resumidas as principais características de quatro distintas formas sociais de produção diferenciadas por Ploeg (2006): produção doméstica, PPM, PSM e produção capitalista. As principais diferenças entre as quatro formas reside, fundamentalmente, nas relações estabelecidas com os mercados, embora estas estejam também intimamente associadas a relações específicas que ocorrem em domínios distintos. Enquanto a produção capitalista e a produção doméstica refletem extremo em termos de dependência dos processos produtivos e reprodutivos aos mercados, a PPM e a PSM configuram formas intermediárias resultantes de múltiplas configurações produtivas e sociais. Na PPM somente o resultado da produção é comercializado (e apenas parte dele) e se torna mercadoria. A força de trabalho e os demais recursos essenciais ao processo produtivo não entram no processo de trabalho como mercadorias, uma vez que são reproduzidos pelos ciclos precedentes da produção. Na PSM, com exceção do trabalho, o restante passa pelos mercados.

Nesse caso, introduz-se não apenas as relações mercantis gerais com todos seus efeitos imediatos, mas também “a lógica do mercado” no interior das unidades de produção (PLOEG, 2006).

Quadro 1
Diferentes formas de produção de mercadorias

	Doméstica (PD)	Pequena (PPM)	Simples (PSM)	Capitalista (PCM)
Resultado da produção	-	+	+	+
Outros recursos	-	-	+	+
Força de trabalho	-	-	-	+
Objetivo	Autoabastecimento	sobrevivência	renda	mais-valia

Fonte: Ploeg (2006, p. 18).

Nota: Os elementos que constituem o processo de produção entram como mercadorias/valores de troca (+) ou como não mercadorias/valores de uso (-).

Numa via de “reprodução dependente do mercado” (forma empresarial), tem-se, por exemplo, o caso de agricultores integrados ao regime sociotécnico sustentado pelos mercados globais de *commodities* agrícolas. Esses mercados procuram impor uma gramática de relações produtivas e sociais caracterizada pelo aumento da vulnerabilidade econômica dos agricultores, pela reestruturação da noção de custos e aumento da importância do fator “risco” e dos elementos de previsão nos processos de tomada de decisão, pela preponderância da lógica da eficiência econômica (eleger entre os fatores de produção aqueles que possuem o menor preço e/ou que propiciem maior renda) sobre a da eficiência técnica (máximo rendimento por unidade de trabalho) e pela alteração do significado e da qualidade do trabalho – dissociação entre o trabalho manual e o

trabalho mental (PLOEG, 2006). Desse modo, introduzem-se não apenas transformações produtivas, mas também outra forma de pensar, outra lógica que orienta os processos produtivos.

Em outro sentido, numa via de “reprodução relativamente autônoma”, encontra-se a “forma camponesa”. Segundo Ploeg (2006), em várias partes do mundo tem-se assistido a um processo de “recampesinização”, que implica uma revalorização da “condição camponesa”. A ressemantização acerca de uma “condição camponesa” proposta por Ploeg refere-se fundamentalmente à busca por “autonomia” e ao controle dos processos de produção e de trabalho. Segundo o autor,

central para a condição camponesa é luta por autonomia, sobrevivência e progresso em um contexto hostil que é caracterizado por relações de dependência, privação e marginalização. Esta luta aspira a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada, que leva em conta formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que interage com o mercado, permitindo sobreviver e que positivamente realimenta, e fortalece, a base de recursos, assim melhorando o processo de coprodução e aumentando a autonomia requerida. A mesma luta geralmente implica também estar engajado em outras atividades para sustentar este ciclo (PLOEG, 2006, p. 9).

Nesses termos, a discussão teórica sobre a agricultura familiar situa-se no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista. O modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições heterogêneas e até mesmo muito particulares. Em alguns

casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo, em outras foram absorvidas pelo próprio capitalismo. Entretanto, em muitas situações a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes, como é o caso, só para dar um exemplo, da integração dos agricultores familiares às empresas agroindustriais que operam no regime de integração.

Isso permite afirmar que, em várias situações e contextos, as unidades familiares podem subsistir com uma relativa autonomia em relação ao capital e se reproduzir nessas condições. A sua permanência ao longo do tempo não é estática nem tende a um equilíbrio. O certo é que sua manutenção e persistência dependerá das distintas e heterogêneas formas de interação social, cultural e econômica com o capitalismo e de sua capacidade de afirmação em circunstâncias de espaço e de contexto histórico.

O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO: FORMAÇÃO DE ESTILOS DE AGRICULTURA¹⁷

A análise do processo de diversificação das formas familiares que temos empreendido nos anos recentes tem se esforçado em tentar superar as dicotomias conceituais usualmente mobilizadas pelos estudiosos, tais como campesinato *versus* agricultura familiar, entre outras. Os trabalhos recentes que temos empreendido (PLEIN, 2003; CONTERATO, 2008; NIEDERLE, 2007; ESCHER, 2011), buscaram no conceito de estilos de agricultura uma forma de representar “um complexo e integrado conjunto de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., portados por um grupo de agricultores em uma região específica, que descreve o modo com que a práxis agrícola é levada adiante” (PLOEG, 1994, p. 17).

Trata-se de um conceito que busca dar conta da heterogeneidade das formas de fazer agricultura, relacionando-

17 Essa seção é largamente inspirada em artigo anterior de Schneider e Niederle (2008).

as aos contextos e regiões, assim como aos repertórios culturais. Ploeg (1994) acentua que há uma dialética de relações entre a prática concreta dos processos produtivos e a cultura enquanto elementos de jogo incessante de influência mútua. Desse modo, ao mesmo tempo em que a ideia de estilo de agricultura se reaproxima da dimensão da cultura presente na definição original de Hofstee, traz para o centro do debate a noção de “repertório cultural” de Long. Essa noção, por sua vez, pretende dar conta “das maneiras com que vários elementos culturais (noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, ideias de organização, símbolos e procedimentos rituais) são usados e recombinaados na prática social, conscientemente ou de outra maneira” (LONG, 2007, p. 56). Assim, resulta que a definição mais acabada de estilo de agricultura se refere

a um repertório cultural, uma composição de ideias normativas e estratégicas sobre como a agricultura (*farming*) será feita. Um estilo envolve um modo específico de organização da unidade agrícola: prática agrícola e desenvolvimento são definidos pelo repertório cultural, o qual por sua vez é testado, afirmado e, se necessário, ajustado pela prática. Por conseguinte, um estilo de agricultura é uma forma concreta da práxis, uma unidade particular de pensamento e ação, de teoria e prática (PLOEG, 2003, p. 241).

Nesse sentido, o conceito de estilos de agricultura constitui-se a partir da síntese de três elementos interconectados, a saber:

- 1) um conjunto de noções estratégicas, valores e percepções que um grupo particular de agricultores utiliza para organizar sua unidade de produção em um determinado caminho;
- 2) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde a uma noção estratégica de repertório cultural;
- 3) um conjunto específico de inter-relações entre a unidade de produção e os mercados.

Desde então, esses três componentes (normas, práticas e relações com os mercados) têm estado presentes em praticamente todas as suas proposições referentes a estilos de agricultura.

Esse complexo e intrincado jogo entre normas, práticas e relações com os mercados está relacionado ao conjunto de estratégias (projetos) que os agricultores desenvolvem. Como argumentam Longe Ploeg (1994), “diferentes estilos de agricultura representam projetos que os agricultores construíram de forma diferente”. Por isso, os autores sustentam que o conceito de estratégia assume uma posição central porque permite interpretar a mudança social a partir das disputas e negociações entre atores que possuem interesses diferentes e, não raramente, conflitantes.¹⁸

De acordo com Ploeg (2003), as estratégias estão intimamente associadas à existência de diferentes lógicas reprodutivas, as quais podem ser investigadas em termos de um “*calculus*” que expressa uma estrutura conceitual com a qual se lê e interpreta a realidade empírica. “Um *calculus* é a ‘gramática’ do processo de tomada de decisão” (PLOEG, 2003, p. 137). Este *calculus* também se refere a um “discurso prático” ou um “raciocínio estratégico” condicionado por relações sociais particulares.

Alguns estilos de agricultura internalizam relações características de mercado, colocando em curso um processo de inserção no regime de produção sustentado pelo paradigma da modernização. Aproximando-se de uma forma empresarial de agricultura familiar, esses estilos têm se mostrado cada vez mais dependentes da especialização produtiva, do uso de recursos externos, das flutuações dos preços internacionais e dos custos de produção e transação.

Entretanto, em outro sentido, existem estilos que operam um distanciamento em relação ao modelo dominante. Nestes, os agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos de troca em que estão inseridos, criando alternativas que lhes permitem contrapor a dominação de cooperativas, empresas, bancos e agentes que controlam o mercado de *commodities*. Assim, novos estilos de agricultura têm emergido

18 Os autores também fazem referência à importância de focar as estratégias enquanto forma de analisar como os agricultores e outros atores sociais resolvem seus problemas de “sustento” ou de “meios de vida” – livelihoods (LONG e PLOEG, 1994; LONG, 2007). Aqui nos interessa destacar as interfaces com os estudos sobre *livelihood diversification* de Frank Ellis (2000).

da capacidade de resistência dos agricultores familiares, em que “os agricultores usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante de modernização” (PLOEG, 2003, p. 115). Trata-se de um esforço por autonomia que é característico da forma camponesa de produção, em que os agricultores procuram liberdade em relação às obrigações impostas pelos agentes externos com o intuito de organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades.

São variados os mecanismos através dos quais os agricultores conseguem se afastar do modelo agrícola dominante. E as causas são igualmente distintas e difíceis de serem determinadas. Mas poderia se começar pelo que James Scott (1985) denominou de “resistência camponesa”, que remete à capacidade dos agricultores de se oporem aos princípios estruturantes que guiam as mutações da agricultura e do mundo rural, especialmente no período do após-guerra. Em segundo lugar, é importante reconhecer as oportunidades mais recentes de desenvolvimento abertas pela reestruturação capitalista, muitas das quais possibilitaram aos agricultores articularem meios alternativos de reprodução inserindo-se em atividades emergentes no “novo” espaço rural mercantilizado. Nesse caso, o recurso à pluriatividade tem se apresentado como uma das situações mais recorrentes. Em terceiro lugar, é necessário considerar o fato de que a crescente mercantilização não retirou a centralidade da família como unificadora do conjunto das estratégias reprodutivas. Nesse sentido, a dinâmica interna da família é especialmente importante na compreensão das relações que esta estabelece com o universo de instituições externas (inclusive o mercado) e na formação das distintas estratégias levadas a cabo individual e coletivamente pelos seus membros. Por último, é mister reconhecer a existência de um conjunto de instituições sociais (regras e valores) sustentadas

por relações comunitárias que estabelecem condicionantes, limites e possibilidades ao avanço da mercantilização.

Não obstante, o que faz com que as unidades produtivas se transformem em um ou outro modo ou direção é o conjunto de estratégias, ações e reações que os membros que as integram forem capazes de articular e colocar em prática. Essas estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados. Por isso, é possível afirmar que não há uma associação causal e linear entre o grau ou tipo de mercantilização e os diferentes estilos de agricultura construídos, o que torna a situação ainda mais complexa porque não há correlação entre um determinado tipo de unidade familiar e uma única estratégia a ser seguida. As estratégias se interconectam, podendo cada unidade de produção apresentar um conjunto variado delas. Além do que, da mesma forma que os agricultores migram de um estilo para outro, com o tempo, o repertório de estratégias vai sendo substituído por modificações nas condições internas da família e das características e condicionantes do contexto social e econômico.

Á GUIA DE CONCLUSÃO: DIVERSIDADE E DIVERSIFICAÇÃO COMO BASES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Após quase meio século de intervenção no meio rural com o objetivo de ativar seu desenvolvimento, estudiosos e formuladores de políticas chegaram a um quase consenso em torno da ideia de que a promoção de mudanças sociais e econômicas se constitui em um desafio que requer muito mais do que substituir fatores ou meios de produção atrasados por tecnologias e inovações tidas como modernas por sua capacidade de incrementar a produtividade.

Durante várias décadas, analisistas os mais diversos partilha-

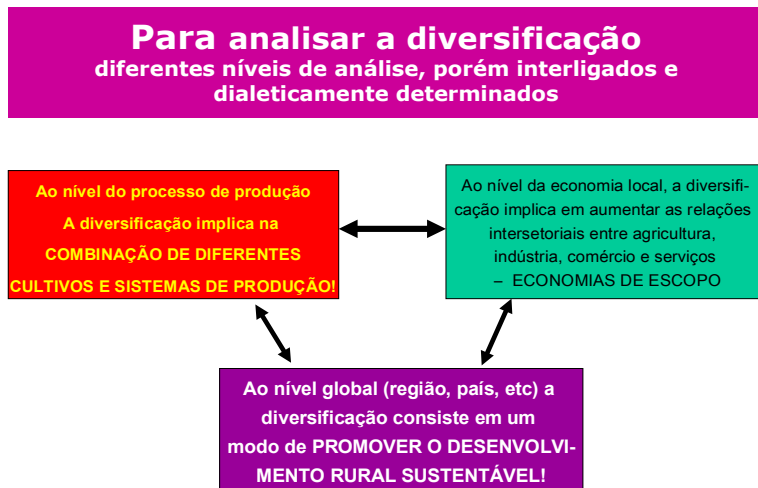
ram da crença de que o caminho a ser trilhado para alcançar o progresso econômico e o bem-estar material das populações rurais dos países pobres, também denominados de subdesenvolvidos, seria seguir um conjunto de recomendações que haviam sido experimentadas pelas nações que se julgavam em estágio mais avançado. Em alguns casos, esse ideário preconizava a existência de um processo em que o ponto de chegada ao estágio mais avançado requereria a passagem por determinadas etapas ou fases, como se houvesse uma espécie de roteiro geral e invariável a ser seguido e trilhado pelos retardatários. A consequência política dessa concepção de desenvolvimento materializava-se em propostas de intervenção e planejamento em que cabia ao Estado e às organizações multilaterais elaborar ações e induzi-las de forma exógena em regiões ou países.

A partir de meados da década de 1980, contudo, essa percepção linear do desenvolvimento passou a ser crescentemente questionada, sobretudo pelos resultados pouco profícuos das experiências internacionais em que esse modelo de ação foi implementado. Essas lições fizeram com que os estudiosos, formuladores e gestores (*stakeholders*) de políticas de desenvolvimento rural passassem a revisar e fazer a autocrítica de suas convicções teóricas e práticas de intervenção.

Desde então, inaugurou-se uma nova fase de estudos e referências que buscaram reorientar as ações e as concepções de desenvolvimento. É nesse contexto que emerge uma miríade de proposições analíticas e metodologias, entre as quais se inscreve a abordagem da diversidade e da diversificação.

Ainda há muito que fazer nesse campo temático, a começar pela definição de uma matriz de análise da diversificação. À guisa de conclusão deste artigo e com o intuito de deixar em aberto este trabalho, permito-me apresentar o esquema a seguir, que indica três níveis de análise da diversificação. Embora estejam interligados e sejam interdependentes, o primeiro nível refere-se à unidade de produção, em que a diversidade se

apresenta como um atributo e se manifesta na forma da combinação de processos, sistemas, atividades e fontes de ingresso, em síntese, trata-se do nível micro da propriedade e da unidade familiar. O segundo nível refere-se à economia local, ou aquilo que podemos chamar de contexto social ou mesmo território, aqui entendido como o espaço usado e apropriado pelos atores nele presentes e atuantes. Trata-se do nível meso, pois os atores e os processos estão localizados em determinados espaços que possuem condicionantes físicos, históricos, sociais e culturais. Por fim, o terceiro nível refere-se às interações mais gerais com as regiões e com os processos que transcorrem em escala nacional e mesmo global. Trata-se, portanto, do ambiente macro, que afeta a diversificação a partir das estruturas econômicas e societárias em que se inscrevem esses processos.



Em cada um desses três níveis, pode-se perceber distintos efeitos relacionados aos processos de diversificação. No primeiro nível, os efeitos da diversificação tendem a ser mais claramente identificados porque se manifestam como atributos que são perceptíveis no aumento do portfólio de atividades e produtos ofertados pelos agricultores, o que amplia as alternativas para sua inserção nos mercados e reduz a sazonalidade e estagnação da renda agrícola. Da mesma forma, a diversificação reduz a dependência das flutuações setoriais de preços e gera inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que podem ser poupadoras de recursos. Mas também implicam novas formas de manejo e uso de plantas, dos animais e do espaço, tornando as propriedades e a própria paisagem diversificada. Entre os efeitos disso, está o aumento do número de atividades realizadas e as fontes de ingresso acessadas. Mas a diversificação também possui efeitos sobre a sociabilidade, uma vez que os níveis de satisfação dos agricultores diversificados tende a ser maior porque possuem maior interação com os consumidores/clientes ou mesmo com a comunidade local.

Em nível da economia local e do território, os efeitos da diversificação são perceptíveis em face de que regiões com economias locais diversificadas podem criar ambientes favoráveis à integração setorial entre agricultura, comércio, indústria e serviços. Assim como a diversidade regional pode gerar maior estabilidade e reduzir as vulnerabilidades decorrentes das flutuações do mercado de trabalho e das fontes de renda, permitindo que se formem regiões que obtêm vantagens comparativas e competitivas através de economias de escopo, que podem reduzir os custos de transação e gerar externalidades territoriais positivas.

Por fim, no que concerne ao nível mais amplo, prefiro acreditar que a diversidade e a diversificação podem ser a base sobre a qual se erguerá uma forma de desenvolvimento mais plural e democrática, que não apenas irá tolerar a alteridade, mas a estimulará e cultivará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Ipea Project, Nead/MDA, World Bank, 2000.
- ALVES, E.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível?. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea/Mapa, 2010.
- BOLLIGER, F. P.; OLIVEIRA, O. C. Brazilian agriculture: a changing structure. *Paper prepared to the Agricultural & Applied Economics Association's, AAEA, Caes & WAEA Joint Annual Meeting*. Denver, 25-27 jul. 2010.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Textos para Discussão*, Brasília, Ipea, n. 621, 1999.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2001.
- CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Edunesp, 2010.
- CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais de desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – UFRGS, Porto Alegre).
- CONTINI, E. *et al.* Dinamismo da agricultura brasileira. *Revista de Política Agrícola*, edição especial, p. 42-64, jul. 2010.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- _____. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social*

e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005.

DIAS, G. L. S.; AMARAL, C. M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, Cepal, 2000.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, Londres, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

_____. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development: 1950s-2000s. *Development Policy Review*, Londres, 19 (4), p. 437-448, 2001.

ESCHER, F. *Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar: atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS/PGDR, Porto Alegre.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Fapesp, 2007.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. A. *O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da (Orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, P.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: 1970-2008*. Brasília: Nead, 2010.

HOUTZAGER, P. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro: 1964-1979. In: *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004.

IAASTD. *Agriculture at a crossroads – International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development: global report*. Org. Beverly D. McIntyre *et al.* 2009.

IPEA. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, Brasília, Ipea, edição especial, n. 13, 2007.

KAGEYAMA, A. GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*, 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LINHARES, M. Y. e TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LONG, N. *Sociologia del desarrollo: uma perspectiva centrada em el ator*. México: Ceisas, El Colegio San Luís, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Org.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, p. 62-90, 1994.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola: verdades e contradições*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Edunesp, Fecamp, 2009.
- NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. *Agricultura familiar: um (histórico) passo à frente, dois passos atrás – É preciso mudar para avançar*. 2010, texto para discussão não publicado.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS/PGDR, Porto Alegre.
- NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a nova sociologia econômica e o “paradigma da dádiva”. *Revista Teoria & Sociedade*, v. 15, p. 146-177, 2007.
- NIEHOF, A. The significance of diversification for rural livelihood systems. *Food Policy*, n. 29, p. 321-338, 2004.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguazú (Paraná), 19-24 jan. 2004.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 2, p. 3-82, out. 1972.
- PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*, 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 205-220.

PLEIN, C. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) –UFRGS/PGDR, Porto Alegre.

PLOEG, J. D. V. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. van der; LONG, N. A. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

_____. The virtual farmer: past, present and future of the dutch peasantry. Assen: Van Gorcum, 2003.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2006.

_____. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998.

SCHLESINGER, S. *O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, Coleção Estudos Rurais.

_____. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 44 – Fortaleza. Brasília: Sober, 2006, CD-ROM.

_____. *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil* (Ipode). Projeto Edital MCT/CNPq 15, 2007.

_____. Rural development through rural livelihood diversification: an overview of Brazilian experience. International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies. Nova Délhi, 14-16 abr. 2010.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3 (119), 2010.

SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. *AFDLP – Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade*. Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2003, p. 1-16, projeto concluído.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014.

_____. Estratégias de articulação aos mercados da agricultura familiar. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. (Comp.). *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus, 2010.

SCOTT, J. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Texto para Discussão*, Brasília, CNDRS, MDA, Nead, n. 1, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*.
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SERGIO SCHNEIDER – Professor associado do departamento de sociologia da ufrgs e permanente nos programas de pós-graduação em desenvolvimento rural (pgdr) e sociologia (ppgs) da universidade federal do rio grande do sul. mestre e doutor em sociologia. pós-doutorado em planejamento urbano e regional (cardiff university). pesquisador do cnpq, <schneider@ufrgs.br>.